

Ana Cristina Mendonça
Cristiane Dupret



CADERNO DE TREINO
PARA A 2ª FASE DA OAB

««« DIREITO PENAL »»»

2ª
edição

revista, atualizada
e ampliada

2019

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br



PARTE 1

Guia **PARA REALIZAÇÃO DA PROVA**

Aprendendo a estruturar a peça prático-profissional

Para que você compreenda como estruturar a peça utilizando as tabelas indicadas, apresentamos abaixo os enunciados das peças prático-profissionais cobradas no XXI e XX Exames de Ordem Unificados, seguidos das tabelas de estruturação de peça (com a indicação de como estas deveriam ser preenchidas) e dos espelhos de correção apresentados pela FGV.

Em seguida, a cada tópico do caderno, apresentamos casos inéditos para treino tanto das peças prático-profissionais como das questões, sempre buscando hipóteses e temas reiteradamente cobrados nas provas da OAB.

Treinando bastante, a identificação dos aspectos importantes no enunciado da peça e questões ocorrerá naturalmente e você estará preparado para a prova mais rápido do que imagina.

Vamos conferir?

▼ Exemplo 1

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL (RETIRADO DO XXI EXAME DE ORDEM UNIFICADO)

Gabriela, nascida em 28/04/1990, terminou relacionamento amoroso com Patrick, não mais suportando as agressões físicas sofridas, sendo expulsa do imóvel em que residia com o companheiro em comunidade carente na cidade de Fortaleza, Ceará, juntamente com o filho do casal de apenas 02 anos. Sem ter familiares no Estado e nem outros conhecidos, passou a pernoitar com o filho em igrejas e outros locais de acesso público, alimentando-se a partir de ajudas recebidas de desconhecidos. Nessa época, Gabriela fez amizade com Maria, outra mulher em situação de rua que frequentava os mesmos espaços que ela.

No dia 24 de dezembro de 2010, não mais aguentando a situação e vendo o filho chorar e ficar doente em razão da ausência de alimentação, após não conseguir emprego ou ajuda, Gabriela decidiu ingressar em um grande supermercado da região, onde escondeu na roupa dois pacotes de macarrão, cujo valor totalizava R\$18,00 (dezoito reais). Ocorre que a conduta de Gabriela foi percebida pelo fiscal de segurança, que a abordou no momento em que ela deixava o estabelecimento comercial sem pagar pelos bens, e apreendeu os dois produtos escondidos.

Em sede policial, Gabriela confirmou os fatos, reiterando a ausência de recursos financeiros e a situação de fome e risco físico de seu filho. Juntado à Folha de Antecedentes Criminais sem outras anotações, o laudo de avaliação dos bens subtraídos confirmando o valor, e ouvidos os envolvidos,

inclusive o fiscal de segurança e o gerente do supermercado, o auto de prisão em flagrante e o inquérito policial foram encaminhados ao Ministério Público, que ofereceu denúncia em face de Gabriela pela prática do crime do Art. 155, *caput*, c/c Art. 14, inciso II, ambos do Código Penal, além de ter opinado pela liberdade da acusada.

O magistrado em atuação perante o juízo competente, no dia 18 de janeiro de 2011, recebeu a denúncia oferecida pelo Ministério Público, concedeu liberdade provisória à acusada, deixando de converter o flagrante em preventiva, e determinou que fosse realizada a citação da denunciada. Contudo, foi concedida a liberdade para Gabriela antes de sua citação e, como ela não tinha endereço fixo, não foi localizada para ser citada.

No ano de 2015, Gabriela consegue um emprego e fica em melhores condições. Em razão disso, procura um advogado, esclarecendo que nada sabe sobre o prosseguimento da ação penal a que respondia. Disse, ainda, que Maria, hoje residente na rua X, na época dos fatos também era moradora de rua e tinha conhecimento de suas dificuldades. Diante disso, em 16 de março de 2015, segunda-feira, sendo terça-feira dia útil em todo o país, Gabriela e o advogado compareceram ao cartório, onde são informados que o processo estava em seu regular prosseguimento desde 2011, sem qualquer suspensão, esperando a localização de Gabriela para citação.

Naquele mesmo momento, Gabriela foi citada, assim como intimada, junto ao seu advogado, para apresentação da medida cabível. Cabe destacar que a ré, acompanhada de seu patrono, já manifestou desinteresse em aceitar a proposta de suspensão condicional do processo oferecida pelo Ministério Público.

Considerando a situação narrada, presente, na qualidade de advogado(a) de Gabriela, a peça jurídica cabível, diferente do *habeas corpus*, apresentando todas as teses jurídicas de direito material e processual pertinentes. A peça deverá ser datada no último dia do prazo. (Valor: 5,00)

Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

ESTRUTURANDO A PEÇA – PARTE 1		Conclusões
→ Crime (s)	Possível tentativa de furto simples - Art. 155, caput, c/c Art. 14, inciso II, ambos do Código Penal	Mas Gabriela tentou furto dois pacotes de macarrão no valor total apenas de R\$ 18.
→ Natureza da ação penal	Ação Penal Pública Incondicionada	
→ Competência	Vara Criminal	
→ Procedimento	Comum	
→ Quem é o seu cliente?	Gabriela	
→ É a vítima ou o indiciado ou réu?	Réu	
→ Se o seu cliente for o indiciado ou réu, ele está preso ou solto?	Solta	Não é peça de liberdade.
→ Em que fase processual/procedimental a hipótese se encontra?	Há processo	
→ Já há denúncia ou queixa?	Sim	
→ A denúncia ou queixa foi recebida?	Sim	
→ O réu já foi citado?	Sim	
→ Já ocorreu a instrução probatória?	Não	Só pode ser Resposta à Acusação



PARTE 2

Treinamento AVANÇADO

Treino 1

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

No dia 08 de abril de 2017, Luiza foi comemorar seu aniversário com amigos em um grande restaurante da cidade de Cabo Frio, no Rio de Janeiro, onde residia com familiares. Chegando ao local, foi recebida por um funcionário que ofereceu que ela colocasse sua bolsa em um guarda-volumes, lugar mais apropriado, pois assim teria mais conforto e tranquilidade para confraternizar com seus amigos.

Após a celebração de sua festa, Luiza, eufórica pela presença de tantos amigos, dirigiu-se ao local onde estava sua bolsa para retirá-la, enquanto conversava com uma amiga. Distraída com a conversa, Luiza acabou retirando do local uma bolsa de cor preta, idêntica a sua, sem se dar conta do equívoco.

Todavia, já no estacionamento do restaurante, foi surpreendida por seguranças, que, após informação e confirmação de que a bolsa pertencia a outra pessoa, acabaram por prendê-la em flagrante pelo crime de furto.

Conduzida à delegacia, o delegado de plantão, após oitivas, lavrou auto de prisão em flagrante em desfavor de Luiza, instaurando o inquérito policial. Durante formalização do flagrante, o delegado de polícia deixou de comunicar a prisão de Luiza aos seus familiares, negando-lhe ainda o direito de entrevistar-se com seus advogados.

Ressalte-se que, mesmo passados três dias da prisão em flagrante, o juiz competente, assim como o Promotor de Justiça e a Defensoria Pública não haviam sido comunicados da prisão. A família de Luiza, revoltada por tal situação, procura você na qualidade de advogado.

Com base somente nas informações de que dispõe e nas que podem ser inferidas pelo caso concreto acima, na qualidade de advogado de Luiza, redija a peça cabível, exclusiva de advogado, no que tange à liberdade de sua cliente, alegando para tanto toda a matéria de direito pertinente ao caso.

ESTRUTURANDO A PEÇA - PARTE 1		Conclusões
→ Crime (s)		
→ Natureza da ação penal		
→ Competência		
→ Procedimento		
→ Quem é o seu cliente?		
→ Se o seu cliente for o indiciado ou réu, ele está preso ou solto?		
↑ Em que fase processual ou procedimental a hipótese se encontra?	Já há denúncia ou queixa?	
	A denúncia ou queixa foi recebida?	
	O réu já foi citado?	
	Já ocorreu a instrução probatória?	
	É caso de Júri?	

PEÇA PROFISSIONAL 1/5

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 01

João, policial militar, estava num bar comemorando o aniversário de Lucas, seu amigo. Em certo momento, João conhece Ana, uma linda jovem que se apresenta como estudante de medicina e que dizia ser estagiária em um hospital próximo. Depois de muita conversa, João e Ana resolvem sair daquele local e procurar um ambiente mais calmo. Ana, dentro do carro de João, de forma consciente e voluntária, pratica sexo oral em João, além de praticar conjunção carnal também de forma consentida. No dia seguinte, o casal resolve se encontrar novamente em um bar. Caio, irmão de Ana, descobre que a irmã de apenas 13 anos estava se encontrando com João e resolve procurá-lo. Inicia-se uma discussão entre os rapazes. João, com o intuito de defender-se da agressão de Caio, que estava com uma faca, dispara duas vezes contra o agressor, que vem a falecer no local.

Após investigação policial, João é denunciado pelo Ministério Público pelos crimes de homicídio consumado e estupro de vulnerável. Em sua defesa, João alega que não sabia da idade real de Ana, pois acreditava que era maior de 18 anos, visto que alegou ser estudante de medicina.

Você, na qualidade de advogado (a) de João, responda os seguintes questionamentos:

- A) Qual é a tese de Direito Material mais adequada para ser alegada em defesa de João?
- B) Caso o Ministério Público, ao final da instrução probatória, pugne pela condenação de João, qual será a peça defensiva cabível?

Obs.: O(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

QUESTÃO 01

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	